



Revista de Políticas Públicas da UFPE, Recife/PE, v. 11, n. 2, ano 2026. ISSN-e 2595-5535

ELES NÃO USAM BLACK-TIE: O COLETIVO SOB ATAQUE COMO O SINDICALISMO PERDE ADESÃO E FORÇA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ERA DO #SEJASEUPRÓPRIOCHEFE

Adaíra Sene¹
Márcio Ananias Ferreira Vilela²

RESUMO

O artigo investiga como o sindicalismo contemporâneo enfrenta a influência neoliberal e a precarização do trabalho sob o regime da infocracia, no qual os algoritmos atuam como novos *gatekeepers* e substituem a lógica das assembleias pela lógica do engajamento nas redes. A perda de credibilidade e de adesão das entidades representativas reflete-se no esvaziamento das mobilizações de rua e na fragilização das decisões colegiadas. Condicionado pela ideologia do #SejaSeuPróprioChefe, o trabalhador deixa de se reconhecer como parte de uma classe e torna-se um “lumpem-cidadão”: sujeito produtivo, porém desprovido de consciência política e representação coletiva. O conceito é derivado do “lumpemproletariado”, de Karl Marx, e reconfigurado para a realidade atual. A partir de um referencial teórico que articula Sartre (2014), Bourdieu (1989), Vygotsky (1984), Traquina (2005) e Han (2022; 2023), entre outros, aliado à análise de indicadores da Agência IBGE Notícias, do Portal da CUT e de um levantamento empírico junto à Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco — com registros sobre filiações, audiência nas plataformas e participação em votações híbridas —, a pesquisa busca repensar o modelo vigente. A reflexão evidencia que a renovação exige inserção efetiva nas redes sociais, linguagem acessível às novas gerações e a inclusão de trabalhadores informais e de aplicativo — caminho para que o movimento recupere sua força transformadora na era digital.

Palavras-chave: Sindicalismo. Infocracia. Comunicação digital. Plataformização. Lumpem-cidadão.

ABSTRACT

This article investigates how contemporary trade unionism faces neoliberal influence and labor precariousness under the infocracy regime, in which algorithms act as new gatekeepers and replace the logic of assemblies with the logic of online engagement. The loss of credibility and membership among representative organizations is reflected in the decline of street mobilizations and the weakening of collegial decision-making. Shaped by the ideology of #BeYourOwnBoss, the worker ceases to identify with any class and becomes a “lumpen-citizen”: a productive subject, yet devoid of political consciousness and collective representation. The concept is derived from Karl Marx's “lumpenproletariat” and reconfigured for the current reality. Drawing on a theoretical framework that brings together Sartre (2014), Bourdieu (1989), Vygotsky (1984), Traquina (2005), and Han (2022; 2023), among others, and combined with an analysis of indicators from Agência IBGE Notícias, the CUT Portal, and an empirical survey conducted with the Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco — including records on memberships, platform reach, and participation in hybrid votes — the research seeks to rethink the current union model. The reflection reveals that renewal demands effective engagement on social media, accessible language for new generations, and the inclusion of informal and gig workers — a path for the movement to recover its transformative power in the digital age.

Keywords: Trade unionism. Infocracy. Digital communication. Platformization. Lumpen-citizen.

¹ Pós-graduanda em Comunicação Política. Universidade Federal de Pernambuco. adaira.sene@ufpe.br

² Doutor em História pela UFPE. Docente do CAP-UFPE. Diretor do CECINE (2019-2023). Vice-Presidente da Associação dos Docentes da UFPE-ADUFEPE. E-mail: marcio.vilela@ufpe.br

INTRODUÇÃO

Se, em 1958, o dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri já revelava as subjetividades da luta sindical na peça de teatro idealista *Eles não usam black-tie*, hoje, quase 70 anos depois, o fazer político, a romantização do empreendedorismo neoliberal e os algoritmos impõem a lógica dominante.

Sob a falaciosa égide da autonomia profissional, as novas gerações deslegitimam décadas de militância para a Consolidação das Leis do Trabalho e sequer consideram a organização coletiva pela via da sindicalização. Com a desindustrialização, a perda de postos formais de trabalho e o aumento da precarização e da informalidade, o declínio foi quase irreversível. A Reforma Trabalhista, em 2017, extinguiu a contribuição obrigatória e só agravou a crise. O ativismo visceral mira *likes*, mas não se manifesta nas ruas. Paradoxalmente, a proliferação ilimitada de informação acarreta mais desinformação. O psicopoder não é questionado e a linguagem digital ainda é um desafio para sindicatos e centrais de trabalhadores por todo o país.

Por meio de releitura teórica e observação empírica do perfil de sindicalizados da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (Adufepe) e suas estratégias para aumentar o número de filiações, este artigo objetiva revelar como o sindicalismo perde adesão e poder transformador por se manter à sombra de conquistas históricas e por não conseguir se conectar com as novas gerações, e sua sanha individualista, no ecossistema digital.

BREVE HISTÓRIA DO SINDICALISMO NO BRASIL

Montada pela primeira vez em 1958, no Teatro de Arena de São Paulo, a peça de Gianfrancesco Guarnieri nos apresenta Tião, protagonista cujo maior receio era seguir os passos do pai. Nas palavras do personagem, “a greve me metia medo. Um medo diferente! Não medo da greve! Medo de sê operário! Medo de não saí nunca mais daqui! Fazê greve é sê mais operário ainda!...” (Guarnieri, 2015, p. 150). Em resposta, Maria, sua noiva, rebate: “sozinho não adianta!... Sozinho tu não resolve nada!...”.

Black-tie parte de uma visão romântica de mundo, mas coloca o dedo na ferida. Pressupõe valores básicos e imutáveis através dos quais os problemas surgem, estourando conflitos. Homens se debatem, mas chegam a bons termos graças à “ordem natural das coisas”. A greve é seu tema ostensivo, uma greve operária por melhores salários. Otávio, o pai, revolucionário consciente de seus fins, forte da força de sua classe, é um dos cabeças do movimento. O filho, por sua vez, pensa no próprio futuro. No prefácio, o dramaturgo Delmiro Gonçalves aponta a complexidade da escolha de Tião. “Corajoso quando se trata de enfrentar outros homens — e o fato mesmo de furar deliberadamente a greve põe isso em evidência —, o seu medo é de outra natureza: o grande medo da nossa sociedade moderna, o medo de ser pobre” (Guarnieri, 2015, p. 12). Essa inexistência de prevenções doutrinárias possibilita ao autor simpatizar simultaneamente com todas as personagens. Se nem todos têm razão, todas, ao menos, têm as suas razões. Os operários não lutam para preservar seus empregos, mas para sobreviver com dignidade.

Como na arte, a luta pela conquista de direitos num sistema opressor tem nuances desafiadoras. Historicamente, o sindicalismo brasileiro busca por autonomia enfrentando as pressões do mercado e do Estado. No entanto, agora, há uma nova seara a ser desbravada: os algoritmos. Se antes o inimigo era a figura do “patrão” ou “Estado interventor”, hoje é a invisibilidade do vínculo empregatício e a fragmentação mental do trabalhador, que não se enxerga como parte de um coletivo.

É possível avaliar cinco grandes fases que resumem a evolução do movimento sindical no país — desde a influência dos imigrantes até a crise atual causada pela autoexploração mediada, o empreendedorismo de sobrevivência.

O movimento surgiu com os imigrantes, em especial italianos e espanhóis, que aportaram no país com ideias anarquistas e socialistas na década de 1920. Nessa fase, a luta era por uma autonomia total em relação ao Estado. À época, as associações eram locais e focadas em ajuda mútua. Entre 1930 e 1945, a Era Vargas trouxe a corporativização com o Sindicalismo de Estado”. Foi criado o imposto sindical obrigatório e o conceito de unicidade sindical, com a permissão de apenas um sindicato por categoria e base territorial. A Consolidação das Leis do Trabalho veio em 1943 e, então, o próprio Estado passou a mediar a relação capital-trabalho. Assim, as entidades deixaram de ser resistência para ser um braço de assistência social e controle político.

Após a Era Vargas e um breve período democrático, veio o Golpe Civil-Militar de 1964. Na Ditadura, o movimento viveu um dos seus períodos mais sombrios. O regime via os sindicatos como redutos de subversão e agiu rapidamente para neutralizá-los. Houve intervenção em centenas de entidades classistas, destituição de lideranças, prisões e perseguições políticas (com tortura e exílio), nomeação de interventores e foi instituída a Lei de Greve (1964), que tornou o movimento paredista praticamente impossível em prol da “segurança nacional”. Sem falar no arrocho salarial, com o impedimento de reajustes por meio de negociações diretas entre patrões e empregados, e no fim da estabilidade decenal, que facilitava a demissão dos trabalhadores que tentavam se organizar coletivamente.

A pressão acumulada explodiu no final da década de 1970 com o surgimento do Novo Sindicalismo, no ABC Paulista. Lideranças rompem com a submissão ao Estado e exigem a retomada das negociações diretas com as empresas. O atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, desponta como representante dos metalúrgicos e inicia sua trajetória política desafiando a Lei da Greve e a repressão militar, rejeitando tanto interventores quanto a tutela do Estado. A mobilização foi a semente que levou à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior organização sindical da América Latina. E, eventualmente, nos levou à redemocratização.

Na análise do professor e filósofo Michel Zaidan Filho (2021), desde os anos 1980, os empresários brasileiros alegam que o custo do trabalho, a carga tributária, a burocracia e a falta de infraestrutura são os fatores responsáveis pela falta de competitividade da economia brasileira, sobretudo diante de países sem regulação jurídica do trabalho e sem carga tributária, verdadeiros paraísos de exploração de mão de obra. Somente em 1988, com forte presença na Assembleia Constituinte, foi possível garantir o direito de greve e a liberdade de associação em nosso país.

Para os empresários, de acordo com Zaidan Filho (2021), se fosse feita uma reforma na legislação trabalhista haveria geração de empregos, crescimento econômico e melhoraria da competitividade da indústria nacional. A verdade sobre o engodo veio a galope. Nos anos 1990, com a abertura de mercado no Governo Collor e Fernando Henrique Cardoso, o sindicalismo voltou a perder impacto devido, justamente, ao desemprego e às privatizações. A renda do trabalhador diminuiu, a produção caiu, não houve melhora substancial da produção nacional e nos tornamos, ora plataforma de lançamento para empresas internacionais, ora mero fornecedores de *commodities*. Os sindicatos passaram a lutar para manter direitos em vez de conquistar. “O que houve foi um retrocesso brutal nos direitos sociais e trabalhistas, mais ataques à organização sindical dos trabalhadores e ameaça de extinção da Justiça Trabalhista, reconvertida à Justiça Comum” (Zaidan Filho, 2021, p. 37).

Foram feitas inúmeras tentativas de reforma da legislação por vários governos da República até chegarmos ao Governo Temer. Em 2017, com a Reforma Trabalhista, o fim da contribuição sindical obrigatória esvaziou os cofres das entidades e fez com que perdessem ainda mais recursos e força de combate. O que se percebe, desde o Governo Collor, é o favorecimento à especulação financeira, a alienação do patrimônio nacional e o ataque à organização coletiva. “Acreditam piamente (ou cinicamente) que o preço da chamada integração competitiva nos mercados mundiais é a extinção das medidas protetivas aos trabalhadores, ao meio ambiente, às terras indígenas, à mudança da seguridade social, etc.” (Zaidan Filho, 2021, p. 38).

Se na Ditadura Militar, o movimento era enfraquecido pela força bruta e intervenção estatal, hoje, o obstáculo é a verve do capitalismo aliada à fragmentação digital e subjetiva. Trabalhadores não se organizam porque não se reconhecem como parte de uma classe. A sanha individualista, ou o frenesi da autogestão neoliberal, faz o que a repressão militar tentou, mas não conseguiu: desconecta o indivíduo do coletivo.

Esse contexto histórico ajuda a mostrar que nossos sindicatos são herdeiros da resistência, mas enfrentam um "inimigo" muito mais invisível e psicológico que os tanques de 1964: a precarização e a infocracia. A ideia do trabalhador como "empreendedor de si mesmo" quebra a identidade de classe enquanto a lógica dos algoritmos substitui a lógica das assembleias.

O HOMEM COMO SER COLETIVO E O PODER DA LINGUAGEM

Para o filósofo francês Jean Paul-Sartre (2014), a existência precede a essência e parte da subjetividade. O homem primeiro existe e, somente depois, se define. Crítico aos valores e tradições da burguesia, um dos principais expoentes do existencialismo tem seu pensamento influenciado pelo de outros pensadores, como Diderot e Voltaire, ao afirmar que o homem é possuidor de uma natureza humana. Em outras palavras, cada homem é um exemplo particular de um conceito universal. “Assim, a primeira decorrência do existencialismo é colocar todo homem em posse daquilo que ele é, e fazer repousar sobre ele a responsabilidade total por sua existência” (Sartre, 2014, p. 20).

Condenado a ser livre, um trabalhador não “nasce” sindicalista ou empreendedor, ele se torna através de suas ações e escolhas. Para Sartre, mesmo sob pressão, o sujeito é responsável pelo sentido que dá à sua situação. O existencialismo não é um convite ao quietismo, mas ao engajamento. O humanismo exige o reconhecimento do outro. A desmobilização sindical contemporânea reflete uma crise existencial, na qual o trabalhador, imerso na má-fé da autonomia de mercado, abdica desse engajamento coletivo em prol de uma essência fabricada por algoritmos. Ao escolher para si, ele escolhe para a humanidade inteira.

Nesse contexto, proponente da Teoria Histórico-Cultural, o psicólogo Lev Vygotsky (1984) analisa o papel da linguagem como sistema simbólico dos grupos humanos, enquanto a cultura fornece sistemas simbólicos de representação da realidade, o universo de significações que permite construir a interpretação desse mundo real. A ideia-chave é que o desenvolvimento intelectual não pode ser compreendido separadamente do meio social e cultural em que o indivíduo está inserido. Se o meio hoje é dominado pela lógica individualista, o pensamento do novo trabalhador será naturalmente resistente à ideia de coletivo.

Ainda em seus estudos, ao tratar da Zona de Desenvolvimento Proximal, Vygotsky observa a distância entre o que o indivíduo consegue fazer sozinho e o que consegue fazer com a ajuda de outros. Caberia aos sindicatos então atuar como mediadores para que o trabalhador perceba sua condição. Contudo, o empreendedorismo exploratório neoliberal, bem como os algoritmos, cerram seus olhos. E, se o sindicato perde o domínio sobre os signos (no caso, a linguagem digital), perde a capacidade de mediar a realidade desse trabalhador.

No livro *Uma história social da mídia*, os autores Asa Briggs e Peter Burke (2004) apontam outro gargalo da linguagem que atravessa décadas: a forma de se comunicar. “O verbo ‘informar’, derivado do latim, originalmente significava em inglês e francês não somente relatar os fatos, o que poderia ser incriminador, mas ‘formar a mente’. A importância da informação já era claramente apreciada em alguns círculos (políticos e científicos) no século XVII, mas foi ressaltada ainda mais na sociedade comercial e industrial do século XIX quando as noções de velocidade e distância sofreram transformações” (2004, p. 193).

Quando os primeiros estudos formais e teóricos sobre comunicação como campo acadêmico estruturado começaram a ser desenvolvidos, no início do século XX, em especial após a Primeira Guerra, o intuito era analisar a propaganda e o impacto dessa mídia na sociedade. O jornalista Nelson Traquina (2005) aponta a Teoria do Espelho como a primeira de muitas. “É a teoria mais antiga e responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina” (2005, p. 146). O mítico no jornalismo instituiu o ofício como um “contrapoder”. Não poderia estar mais enganado. Na década de 1950, com o surgimento da Teoria do *Gatekeeper* (Traquina, 2005), as preocupações sobre como a realidade era retratada foram amplificadas ao nível individual, organizacional e da própria comunidade profissional. Mas, numa sociedade capitalista, como avalia Theodor Adorno, filósofo da Escola de Frankfurt, a comunicação de massa não é um meio neutro de informação, ela é uma das principais ferramentas de dominação ideológica e controle social.

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2023) destaca que, em meio a um barulhento *storytelling* (contar histórias, em tradução livre), há um vácuo narrativo que se manifesta como um vazio de sentido. Através desse *storytelling*, o capitalismo se apropria da narração, sendo assim, postar, curtir e compartilhar são práticas consumistas que intensificam essa crise narrativa. “A atenção do leitor ao jornal não vai além do que está mais próximo. Ela se reduz à curiosidade. O leitor de jornal moderno pula de uma notícia à outra, em vez de deixar seu olhar vagar à distância, e demorar-se ali. O olhar longo, lento e demorado se perdeu” (2023, p. 17).

Tais entendimentos sobre o poder da linguagem e do comunicar são ferramentas imprescindíveis para que as entidades representativas não sejam engolidas pelo mercado. Na obra *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*, a pesquisadora Cicilia Peruzzo (1998) examina o papel da comunicação nos movimentos sociais e nas práticas contra-hegemônicas de mídia. Com forte influência da pedagogia crítica, ela rompe com a visão tradicional e a defende como processo social e político de construção de sentido coletivo. Em seu trabalho, a comunicação sindical entra num campo maior de debate, como comunicação popular e comunitária, tendo como ponto central a disputa pelo poder simbólico. O conceito, do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989), observa que o sujeito sequer percebe que está sendo dominado e acredita que aquela realidade é a “ordem natural das coisas”. Ele não precisa de força física para se impor, mas se materializa com a cumplicidade de quem o sofre. Ou seja, o trabalhador aceita a precarização porque acredita na “liberdade” do algoritmo. Numa dinâmica de #SejaSeuPróprioChefe, não se sente explorado, mas desafiado a performar melhor.

Inspirada pelo pensador Paulo Freire, Peruzzo entende a comunicação como prática transformadora (práxis). Para ela, o jornalismo sindical é um instrumento de organização coletiva, que articula interesses de classe, fortalece vínculos entre trabalhadores, constrói narrativas próprias (fora da mídia hegemônica) e mobiliza. Não é apenas informativo, é constitutivo da luta coletiva. O problema é que sua obra precede a explosão das plataformas digitais e da lógica neoliberal atual. Se antes a comunicação sindical criava pertencimento, agora ela disputa espaço com métricas de *big techs*.

Essas plataformas e a própria mídia exercem um poder simbólico ao tratar o sindicalismo como algo ultrapassado e até burocrático, enquanto vendem a ideia do trabalho autônomo como jovem, leve e dinâmico. Quando esse poder é usado para impor significados que reforçam a dominação, estamos diante de uma violência simbólica. Em alinhamento com o pensamento de Vygotsky, uma violência que não deixa marcas no corpo, mas molda a mente.

Durante décadas de defesa e conquista de direitos, o sindicalismo acumulou capital simbólico. No entanto, na era da infocracia — conceito de Han (2022) — as plataformas digitais minam esse capital. Enquanto as entidades representativas tentam manter o símbolo da classe trabalhadora, o mercado impõe o símbolo do “empreendedor de si mesmo”, esvaziando o sentido político da coletividade.

Para Byung-Chul Han, “chamamos de regime de informação a forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos” (2022, p. 7). Não são corpos explorados, são dados. A posse dos meios de produção não é mais decisiva para o ganho de poder, e sim o acesso a informações para vigilância, controle e prognóstico de comportamentos psicopolíticos.

O pesquisador aponta que a proliferação ilimitada de informação pode destruir a democracia em vez de fortalecê-la, considerando que a “infopoluição” paralisa o pensamento crítico. Ressalta, ainda, que as plataformas não são neutras, elas amplificam e moldam a percepção da realidade por meio de um “psicopoder”, que regula populações, gerencia vidas, adentra e governa antes mesmo de ser percebido. Ele não reprime, não proíbe e não silencia, mas seduz, engaja, direciona preferências e produz o ruído que paralisa.

A teoria clássica do *gatekeeper* (Traquina, 2005) pressupõe uma decisão humana e subjetiva de seleção. O algoritmo, por sua vez, opera por curadoria automatizada baseada em dados, o que altera a natureza da responsabilidade editorial. No processo de comunicação entre sindicatos e trabalhadores, ele controla a disseminação das informações e os mecanismos de busca, decidindo o que pode ou não ser encontrado. Enquanto o *gatekeeper* humano visava a “formação da mente” e o relato dos fatos, o algoritmo visa o “engajamento e a sedução”. E, assim, sem transparência sobre como os algoritmos funcionam, não há possibilidade de crítica democrática. A política se torna disputa de narrativas e imagens num meio ainda sem regulamentação legal, tampouco regulação efetiva.

A DINÂMICA SINDICAL HOJE E O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

No levantamento *O Trabalho e o Brasil* (divulgado em dezembro de 2025) — encomendado pela Central Única dos Trabalhadores, pela Fundação Perseu Abramo e pelo Fórum das Centrais Sindicais —, 3.850 pessoas em todo o país, incluindo celetistas, autônomos, informais, servidores públicos, trabalhadores de aplicativos, desempregados e aposentados, emitiram suas percepções sobre atuação sindical (Cabral, 2025). Realizada pelo instituto Vox Populi, a análise revelou que 68% dos trabalhadores consideram os sindicatos importantes ou muito importantes para defender direitos, mediar conflitos e melhorar salários. No entanto, entre os entrevistados, apenas 11,4% eram, de fato, sindicalizados. De acordo com Adriana Marcolino, diretora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 52,4% dos trabalhadores afirmam não conhecer com clareza as ações das entidades, o que indica: necessidade de maior presença nos locais de trabalho (49,4%); comunicação acessível (37,5%); e oferta de qualificação (29,6%).

Em números, a taxa de sindicalização caiu de uma média de 17,8% (1990–2014) para 13,3% (2014–2019) e, em 2022, o índice recuou para 9,2%. Em 2023, atingiu o menor percentual da série histórica, 8,4%. O declínio foi agravado pela explosão de relações laborais que escapam da proteção coletiva e dos espaços de negociação formal, como abordado anteriormente (Accarini, 2025).

Ao esmiuçar a série histórica, em 2022, a taxa de sindicalização estava em 9,2%. No mesmo período, a população ocupada atingiu seu maior efetivo: 99,6 milhões de pessoas, com alta de 4,9% frente a 2019 (95 milhões) e de 11% ante 2012 (89,7 milhões). E o resultado foi encontrado em todas as regiões do país. Exceto por serviços domésticos, o índice recuou em todos os grupamentos de atividades, e a maior queda foi em transporte, armazenagem e correios. Os empregados com carteira assinada no setor privado e os empregados no setor público, que tinham as maiores taxas de sindicalização (respectivamente, 11% e 19,9%), registraram as principais perdas (Gomes, 2023). As informações são do módulo *Características adicionais do mercado de trabalho*

2022, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Após décadas de queda, a sindicalização só voltou a crescer, e de forma muito sutil, em 2024. A recuperação acompanhou a melhora do mercado de trabalho, especialmente o avanço do emprego assalariado com carteira assinada. Com isso, a taxa nacional subiu de 8,4% para 8,9% (Accarini, 2025).

No dia a dia sindical, essas estatísticas tomam forma com o esvaziamento das mobilizações de rua e a pouca participação nas deliberações coletivas. Se pegarmos como exemplo a Universidade Federal de Pernambuco, que tem cerca de três mil professores efetivos, a Associação dos Docentes da UFPE reúne um universo de aproximadamente 2,4 mil filiados. Mas, desse total, 1.040 são aposentados, ou seja, mais de 43% da base de luta.

No Instagram, principal rede social da entidade, a presença docente era ínfima e a conquista dos cerca de sete mil seguidores atuais só veio durante a Greve Docente Federal de 2024. Para que possamos perceber ainda mais a profundidade do problema, se considerarmos as visualizações do perfil dos últimos 30 dias (de 27 de março de 2026 até 25 de abril de 2026), 68,3% dos *views* são de não seguidores. Com um perfil de público digital com idades entre 25 e 44 anos (que somam 48,9% das visualizações do período), o sindicato não consegue atingir efetivamente seus filiados em atividade, tampouco aposentados, eventualmente, tendo que recorrer a recursos *off-line*, como o envio de comunicados via Correios, para alertar sobre golpes financeiros, assembleias e festas.

Num estudo (Adufepe, 2024) realizado pelo sindicato, considerando dados de 1º de janeiro até 14 de novembro do ano de publicação, destacou-se que, após a implementação das assembleias híbridas deliberativas, que possibilitam a participação e voto pela internet, foram registradas 119 novas adesões, crescimento de 85,9% em relação ao ano anterior, 2023, e de 190%, se comparado a 2021. Em contrapartida, foram registradas 65 desfiliações, sendo 40 por falecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliar a trajetória da Adufepe, é possível perceber que a categoria quer participar da defesa da universidade pública e da luta por melhores condições de trabalho, mas é preciso que os sindicatos ressignifiquem seu papel neste novo cenário global. Escuta ativa, otimização de serviços, digitalização de processos e presença eficiente com linguagem acessível nos novos canais de comunicação, em especial nas redes sociais, democratizam a luta.

Urge que o movimento sindical se renove, entenda as mudanças e amplie suas agendas, incorporando temas de interesse da sociedade. Não há razão para que os trabalhadores se transformem em “lumpem-cidadãos” — conceito sociológico e político que adapta a ideia clássica do “lumpemproletariado”, de Karl Marx, para a realidade contemporânea de crise democrática e de cidadania. No pensamento marxista, o lumpem-cidadão não tem consciência política e, por essa razão, era facilmente manipulado pelas elites para ir contra o interesse dos trabalhadores. É um indivíduo que não se sente parte de uma comunidade ou coletivo, como os sindicatos. Por estar desiludido com as instituições, se torna o alvo ideal para a infocracia (Han, 2022) e para discursos políticos radicais — e fascistas. É o cidadão que trabalha 12 horas por dia, não tem seguridade social, mas acredita que está vencendo pois o algoritmo, em seu simulacro de realidade, lhe concede pseudo-referências de um bom desempenho.

A crise da adesão sindical não é apenas um problema administrativo da Adufepe, mas faz parte de um processo de desestruturação da própria cidadania. O lumpem-cidadão pode produzir riqueza, mas não possui poder político, representação ou voz ativa, situando-se à margem da

proteção histórica das entidades de classe. Byung-Chul Han (2022) forneceu o diagnóstico preciso das transformações contemporâneas, mas a infocracia não é irrevogável.

Os significados compartilhados no mundo podem ser ressignificados. O modelo sindical precisa se modernizar, precisa ter uma presença dinâmica e participativa nas redes sociais, precisa incluir quem está na informalidade e falar a língua dos novos trabalhadores. O desafio é garantir direitos, proteção e formas reais de organização também para quem não tem contrato formal, sem perder o *time* para mais um *post*.

REFERÊNCIAS

- ACCARINI, André. Sindicalização volta a crescer e chega a 8,9% em 2024 após anos de queda no Brasil. **Portal CUT**, 4 dez. 2025. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/sindicalizacao-volta-a-crescer-e-chega-a-8-9-em-2024-apos-anos-de-queda-no-brasi-4305>. Acesso em: 26 abr. 2026.
- ADUFEPE. Diretoria da Adufepe comemora crescimento do número de filiações. **Site da Adufepe**, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://adufepe.org.br/filiacoes>. Acesso em: 26 abr. 2026.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CABRAL, Luiz R. Trabalhador se mantém na luta coletiva, aponta pesquisa, segundo Sérgio Nobre. **Portal CUT**, 2 dez. 2025. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/trabalhador-se-mantem-na-luta-coletiva-aponta-pesquisa-segundo-sergio-nobre-4ae7>. Acesso em: 26 abr. 2026.
- GOMES, Irene. Taxa de sindicalização cai a 9,2% em 2022, menor nível da série. **Agência IBGE Notícias**, 15 set. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37913-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-9-2-em-2022-menor-nivel-da-serie>. Acesso em: 26 abr. 2026.
- GUARNIERI, Gianfrancesco. **Eles não usam black-tie**. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Original publicado em 1958).
- HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.
- HAN, Byung-Chul. **A crise da narração**. Tradução de Daniel Guilhermino. Petrópolis: Vozes, 2023.
- PERUZZO, Cicília. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de João Batista Kreuch. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- ZAIDAN FILHO, Michel. **Histórias do sindicalismo no Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2021.